

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1354597 - PR
(2018/0222048-0)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ADILSON PEREIRA BAIA
AGRAVANTE : ALEX SANDRO DOS SANTOS
AGRAVANTE : ALZIRA FERNANDES VITTI
AGRAVANTE : ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ANTONIO CANDIDO DE GODOI
AGRAVANTE : ANTONIO DE JESUS DOVHEI
AGRAVANTE : ANTONIO DOS SANTOS
AGRAVANTE : ANTONIO FRANCISCO HONORIO FILHO
AGRAVANTE : APARECIDO DE ALMEIDA
AGRAVANTE : ARMANDO FERNANDES VITTI
ADVOGADA : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
**AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS**
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
**MARCOS JOSÉ GREGORY ZIMMERMANN -
RS080729**
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO - PR044759
**VALENTINA RABELLO NEVES E OUTRO(S) -
RS101118**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da

Superior Tribunal de Justiça

decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator